

**1. Aos Acionistas:** Atendendo às disposições legais, a Administração da Terra Santa Agro S.A. – "Terra Santa" ou "Companhia" – tem a satisfação de apresentar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, em comparação com o ano de 2018. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **2. Sobre a Terra Santa Agro** é uma empresa produtora de commodities agrícolas, com foco na produção de soja, milho e algodão. Possui 7 unidades de produção estrategicamente localizadas no estado brasileiro do Mato Grosso, por onde apresenta condições favoráveis ao agronegócio, totalizando uma área sob gestão de aproximadamente 132,7 mil hectares. Além disso, possui equipamentos e ativos complementares à sua operação agrícola, a saber: 412 equipamentos agrícolas em uso, sendo 267 próprios x 7 unidades de armazenagem, sendo 5 próprias x 3 alogeiros próprias. A Companhia tem suas ações negociadas no Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, nível mais alto de uma estruturação corporativa e financeira nos últimos anos, reduzindo a área plantada, reorganizando a dívida, reestruturamos o time... Em tempos de baixa geração de caixa e dívida desampliada alta, as decisões operacionais e estratégicas ficam limitadas a aquilo que é possível fazer, o *trimming* de compra dos insumos e de venda das commodities fica comprometido, por vezes até mesmo o *trimming* das operações fica comprometido e o foco é conseguir todas as linhas de crédito possíveis, para citar alguns dos impactos. Fielis aos nossos valores, a Terra Santa Agro não considerou nenhuma só vez não honrar com seus compromissos e a consequência foi a construção, ao longo desses anos, de parcerias sólidas e duradouras. A necessidade nos tornou uma Companhia capaz de fazer muito com pouco. Hoje, com uma dívida um pouco menor e uma geração de caixa muito robusta, os impactos sobre as decisões de curto prazo já começam ser percebidos quando vemos fatores técnicos sobressaírem sobre finan-

ceiros em nossas decisões táticas e estratégicas. No longo prazo já é possível enxergar, em nossas projeções mais conservadoras, o endividamento convergir para níveis aceitáveis. Esse momento da Companhia torna possível uma série de mudanças, possibilita investimentos em uma cultura organizacional mais inclusiva, com o empoderamento dos nossos colaboradores e a descentralização das decisões, além de abrir espaço para investimentos nossa energia na criação de um ambiente mais propício à inovação, com equipes multifuncionais trabalhando em conjunto para co-criar. Em 2019, ensaiamos os primeiros passos nessa direção e os resultados já começam a ser sentidos abrangente e periódico. **Lucro líquido operacional** – resultado das operações de investimento em maquinário ou em estrutura de beneficiamento e superamos a marca de 63,3 sacas de soja por hectare na safra 2019/20, no recorde da Companhia, o que temos intenção de superar na safra 2020/21. Nosso resultado de 2019 foi marcado por preços internacionais de algodão historicamente baixos e, apesar dos nossos bons índices de produtividade, nosso EBITDA ajustado da safra 2018/19, marcado em 31/12/2019, foi de R\$ 146,4 milhões, contra R\$ 180,4 milhões da safra 2017/18 (dados finalizados). Adicionalmente à nossa geração de caixa operacional, fizemos um aumento de capital de R\$ 50 milhões em 29/04/2019 e seguimos com a implementação do programa de venda de ativos iniciado em 2018 que gerou, em 2019, um caixa de R\$ 13,7 milhões. Mantemos nosso foco e a principal destinação da nossa geração de caixa segue sendo a redução do endividamento bancário e com clientes e fornecedores, que passou de US\$ 310,5 em 31/12/2018 para US\$ 286,3 em 31/12/2019. Entre os principais projetos da Terra Santa Agro 2020 destacam-se a reorganização dos nossos processos na cadeia de suprimentos e a aplicação de inteligência avançada em compras, a implementação de uma gestão de gases ampla com base em PDCA, a aplicação de *data science* em nosso planejamento agrícola, consolidação da aplicação da inteligência de mercado e riscos nas operações com compra de insumos e de venda de commodities, início da expansão agrícola e a revisão da Visão da Companhia. Por fim, estamos otimistas com a capacidade da Terra Santa Agro de gerar resultados operacionais no longo prazo e, com isso, dar continuidade à nossa estratégia de redução do endividamento.

	2019			2018			Variação %
	SF 17/2018	SF 18/2018	SF 19/2020	SF 16/2017	SF 17/2017	SF 18/2019	
<b>Recetta Líquida</b>	141.061	786.168	961.227	98.619	977.431	42.857	-14,1%
Recetta Líquida dos Produtos	113.019	764.036	877.055	92.390	744.129	5.049	4,2%
Hedge Accounting	(15.454)	(108.019)	-(123.473)	(1.514)	(20.870)	(262)	445,2%
Avaliação do Ativo Biológico Apropriado à Recetta	-	136.033	33.998	170.031	-	293.655	330,00%
Produto Agrícola Apropriado à Recetta	43.496	(5.882)	37.614	7.743	(39.483)	1.817	(29,92%)
<b>Costos de Produtos Vendidos</b>	(158.827)	(731.148)	-(889.775)	(99.392)	(800.151)	(6.854)	-9,8%
CPV Produtos	(65.343)	(625.350)	-(691.593)	(63.475)	(654.125)	(4.433)	-1,4%
CPV Ativo Biológico Apropriado ao Custo	(92.284)	-	-(198.082)	(35.917)	(2.261)	(235.928)	-27,8%
<b>Lucro Bruto</b>	(17.566)	55.200	33.998	71.452	(773)	177.380	36,10%
Margem Bruta	-12,5%	7,0%	100,0%	7,4%	-0,7%	18,1%	84,0%
<b>Despesas Operacionais</b>	(8.968)	(41.049)	(46.429)	(96.446)	(5.880)	(56.265)	(75,90%)
Gerais, Administrativas	-	(25.242)	(12.219)	(37.645)	-(25.979)	(11.611)	(37,59%)
Outras Recettas (Despesas) Operacionais	-	8.269	(31.519)	(20.250)	-(2.661)	837	(1,82%)
Despesas com Armazenagem	(8.968)	(8.002)	(2.691)	(113.893)	(11.012)	(2.983)	(-23,8%)
Despesas com Fretes	-	(15.990)	-	(25.858)	(16.973)	(8.880)	(22,46%)
<b>Lucro Operacional – EBIT</b>	(26.534)	10.717	(12.431)	(24.994)	(6.653)	121.115	22,34%
(+) Depreciação e Amortização	-	50.170	1.758	51.928	4.786	26.829	3,83%
<b>EBITDA</b>	(26.534)	64.141	(10.673)	26.934	(1.867)	147.944	26,17%
Margem EBITDA	-18,8%	8,2%	31,4%	-1,9%	-1,4%	60,9%	15,4%
(+) Hedge Accounting	15.454	108.019	-	123.473	1.514	20.870	262
(+) Provisões não recorrentes e <i>impairment</i> de ativos	-	(15.030)	-	(8.453)	(23.483)	(9.522)	4,02%
(+) Avaliação de ativos não financeiros – IFRS 16	-	(8.101)	35.941	27.840	-	4.518	830
(+) Depreciação de direito de uso sobre arrendamentos – IFRS 16	-	-(23.700)	-	-(23.700)	-	-	-
(+) Juros sobre arrendamentos – IFRS 16	(3.429)	(11.697)	-	(15.146)	-	-	-
<b>EBITDA Ajustado</b>	(14.229)	113.632	16.815	115.918	(353)	163.780	32,79%

O resultado anual da Companhia é impactado pelo resultado de 3 safras distintas. Para uma melhor compreensão, iremos analisá-las de forma separada. O ano de 2019, por exemplo, é impactado (i) pelo resultado da safra 2017/18, principalmente estoque de passagem do algodão da safra 2017/18; (ii) pelo resultado da safra 2018/19, 100% do faturamento da soja e milho e parte do faturamento do algodão e (iii) resultado da safra 2019/20, principalmente a safra de milho biológico da soja e custos incorridos até o momento. O resultado operacional da safra 2018/19 ficou dentro das expectativas da Companhia. No caso da soja, comparativamente à safra 2017/18, a produtividade, impactada pela baixa luminosidade observada no mês de novembro de 2018 e pelo alto percentual de variedades precoces, sofreu uma redução de 1,3%, encerrando a safra 2018/19 com produtividade de 58,5 sacas/ha. O resultado de queda no preço das commodities no mercado internacional e preços dos insumos em dólar, aliado à produtividade, impactada pelo avanço da área de milho sobre áreas com solos marginalmente menos agrícolas, que faz com que a safra fique mais suscetível a intempéries climáticas, sofreu redução de 5,2%, encerrando a safra 2018/19 com produtividade de 111 sacas/ha. Já o resultado do algodão em caroço ficou acima das nossas expectativas iniciais. Em comparação à safra 2017/18, a produtividade, impactada pelas boas condições climáticas, bom manejo técnico e operacional das lavouras, encerrou a safra em 288,0 t/ha, um novo recorde para a Companhia. Não obstante os bons resultados operacionais apresentados, a safra 2018/19 apresentou-se desafiadora diante da combinação de queda no preço das commodities no mercado internacional e preços dos insumos em dólar, aliado à desvalorização do real ocorrido ao longo do ano. A consequência imediata deste fato foi a piora da relação de troca entre produto e insumo, o que impactou o resultado da Companhia no ano. Adicionalmente ao descrito acima, o resultado da Companhia foi impactado negativamente (i) pelo valor do *hedge accounting* realizado no período, em função da reclassificação do saldo da variação cambial das dívidas acumuladas no Patrimônio Líquido para o resultado conforme cronograma de vencimento das mesmas e (ii) *impairment* de ativos e tributos e reavaliação do prognóstico sobre assessores jurídicos dos ativos da Construtor. Diante deste cenário, a Companhia registrou um prejuízo bruto de R\$ 14,7 milhões, contra um lucro líquido de R\$ 42,3 milhões verificado em 31/12/2018. A margem EBITDA ajustada de R\$ 196,5 milhões, com margem de 17,2%, verificada no mesmo período do ano anterior. No que diz respeito à geração de caixa operacional, vale ressaltar que a Companhia vem continuamente gerando caixa, o qual está sendo destinado para amortizar dívida bancária, bem como reduzir as contas de fornecedores de insumos, adiantamento de clientes e tributos parcelados. As contas a pagar de fornecedores de insumos, adiantamento de clientes e tributos parcelados apresentaram em conjunto redução de US\$ 24,9 milhões. Não podemos deixar de mencionar que a safra 2019/20, que impactará os resultados financeiros de 2020, está muito mais confortável, apesar da desvalorização da cotação da soja em função da guerra comercial entre a China e os Estados Unidos. A expectativa é de uma produtividade média de 3.798 kg/ha (63,3 sacas/ha), novo recorde para a Companhia. O plano de algodão de 2ª safra foi concluído dentro da janela ideal e apresenta bom desenvolvimento. O plano de milho foi concluído com 95% da área inicialmente planejada devido ao término do período agronomicamente adequado. Além disso, é importante enfatizar o avanço na comercialização da safra 2019/20, onde temos fixado 94,80% e 64% da safra de soja, milho e algodão respectivamente, dentro da estratégia da Companhia de buscar sempre a melhor rentabilidade para a cultura. **3. Perspectiva de Mercado – Agronegócio:** Em 2019, principalmente no segundo semestre, as relações dos mercados se mantiveram elevadas para os setores relacionados à produção e ao consumo mundial, repositiva para o Brasil e o mundo. O cenário econômico brasileiro, com o aumento do refinanciamento monetário dos bancos centrais das principais economias do mundo. Em meio a um cenário de juros menores e temores crescentes de uma desaceleração mais abrupta ao longo do próximo ano, o dólar se fortaleceu em nível mundial. Do lado doméstico, os ventos contrários vindo do mercado externo foram atenuados por uma política econômica consistente, uma posição externa confortável e por expectativas de inflação bem ancoradas. No entanto, persistem as dificuldades no do lado fiscal em meio a um aumento da dívida pública e das despesas obrigatórias. No agronegócio, apesar das boas produtividades registradas nas culturas, a margem de rentabilidade menor, impactada pela desvalorização da cotação da soja em função da guerra comercial entre a China e os Estados Unidos, a demanda mundial pela soja também é crescente, o que pode acontecer é que os destinos de exportação de soja do Brasil sofrem alterações, tornando-se menos dependente do mercado chinês. No que diz respeito a crise da peste suína africana, ainda não há indícios de que a doença esteja controlada, portanto, a demanda chinesa por carne se mantém elevada. Também no mês de dezembro, a China anunciou a aplicação de uma nova tarifa, o *Coronavirus*. A primeira medida para evitar a disseminação da doença é a suspensão de viagens de pessoas, o que impactou negativamente na atividade econômica do país, isto é, menor geração de renda e de consumo. Como consequência, observamos-se a falta de produtos no mercado interno acompanhado de uma redução acentuada da importação de carnes e grãos. O esperado é que, com o passar do tempo, a escassez de produtos resulte em uma aceleração da demanda para reposição dos estoques. No Brasil, o plano da safra 2019/20 foi

um pouco atenuado, quando comparado a safra passada, diante da irregularidade das chuvas. No entanto, foi em linha com a média das últimas 5 safras, isto é, dentro do período normal, o que aponta excelentes produtividades. Até o início da segunda quinzena de fevereiro, 23% da área de soja brasileira já havia sido colhida. O período de colheita deve se estender até final de março. Na Argentina, o plantio já foi finalizado e as lavouras encontram-se em excelentes condições de cultivo. As colheitas do milho apresentaram leve desvalorização, encerrando o trimestre colheito a US\$ 3,87/bu, valor 2,0% inferior em relação ao período trimestre. Quando comparado ao preço de encerramento do ano de 2018, observa-se uma alta de 3,5%. No mercado interno, mesmo diante dos fortes níveis de produção de milho safrinha, os preços continuaram reagindo em alta. A demanda interna para o café, bem como o Brasil passou a comprar o segundo lugar de maior exportador mundial de café, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. Apesar dos excelentes resultados na produção, o cenário de preços foi bastante desafiador diante: (i) do crescimento da produção mundial de algodão; (ii) redução da relação estoques/milho mundial; (iii) elevado estoque da China e (iv) questões políticas relacionadas à Guerra Comercial entre a China e Estados Unidos. **6. Governança Corporativa:** A Companhia tem suas ações – "TESA3" – listadas no Novo Mercado da B3, segmento com as melhores práticas de Governança Corporativa, reiterando assim o compromisso com a comunidade financeira e com todos os acionistas. O Conselho de Administração conta com 6 membros (sendo 2 independentes) que representam a totalidade geral dos negócios. A Companhia conta também com 4 comitês consultivos – Comitê Estratégico e de Recursos Humanos, Comitê de Inovação e Comitê de Meio Ambiente – que auxiliam o Conselho de Administração em suas decisões. O Conselho de Administração também possui o Conselho de Administração de Ativos, responsável por avaliar e aprovar os investimentos da Companhia. A Terra Santa Agro conta ainda com um Conselho Fiscal composto de 3 membros responsáveis, dentre outros obrigações, por fiscalizar as atividades da Administração, rever as demonstrações financeiras da Companhia e reportar suas conclusões aos acionistas. Por fim, a Terra Santa Agro conta ainda com uma Diretoria composta por 4 membros e um auditor interno que tem como principais objetivos (a) mapear e gerenciar os riscos de atuação da Companhia e (b) garantir a integridade e a confiabilidade das informações contábeis e financeiras. Os procedimentos realizados pelo o canal de ética e denúncias. Esses instrumentos estabelecidos nas diretrizes básicas de atuação expressa pela Alta Administração em consonância com os padrões de integridade e valores éticos da Terra Santa Agro. **7. Mercado de Capitais: Desempenho das Ações:** As ações da Terra Santa (TESA3) encerraram o ano de 2019 cotadas a R\$ 22,00/ação, totalizando um valor de mercado para a Companhia de R\$ 476,4 milhões. No ano, as ações da TESA3 apresentaram uma valorização de 80%, passando de R\$ 16,75/ação no final de dezembro de 2018 para R\$ 22,00/ação no final de dezembro de 2019. O *Bovespa*, no mesmo período, apresentou uma valorização de 32%. As ações da Terra Santa Agro, listadas no nível mais alto de governança corporativa (Novo Mercado), tiveram um desempenho superior ao do *Bovespa* e ao índice de referência do Novo Mercado. O retorno do investidor foi de 80,2% em 2019, superando o retorno do investidor do *Bovespa* de 40,2% e o Ibovespa de 57%. **Aumento de Capital Social:** Em 29 de abril, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital social no montante de R\$ 50.000,00, mediante a subscrição privada de 3.700.963 novas ações e emissão de 2.401.926 bônus de subscrição, como vantagem adicional, sendo que cada Nova Ação inscrita dará direito a 2 Bônus de Subscrição. O preço de emissão das novas ações, bem como o preço de emissão dos bônus de subscrição foi fixado em R\$ 13,51 por ação. Adicionalmente, desde o dia 24 de junho de 2019, os bônus de subscrição da Companhia (código TESA 12), entregues como vantagem adicional aos subscritores da Companhia, poderão ser utilizados para a aquisição de ações da Companhia. Os Bônus de Subscrição inscritos poderão ser exercidos mensalmente, entre o 10º dia útil e o 15º dia útil de cada mês, ou até o seu vencimento (29 de abril de 2022). Os titulares dos Bônus de Subscrição deverão manifestar sua intenção de exercício do Bônus por meio de solicitação de exercício a ser efetuada por meio de seu agente de custódia à B3 ou, para os acionistas com ações na custódia do Itai Corretora, nas agências especializadas no atendimento aos acionistas. As características, prazos e procedimentos a serem adotados acerca do aumento de capital social da Companhia, bem como as informações divulgadas no dia 29 de abril de 2019 e disponíveis para consulta nos sites da B3, CVM e do próprio da Companhia. **8. Auditoria Independente:** A Companhia contratou a KPMG Auditores Independentes para a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, bem como, a KPMG Assessores Ltda. prestou serviços relacionados à revisão de impostos diretos e indiretos relativos ao período de 12 meses, com o objetivo de revisão do preenchimento das declarações de imposto sobre a propriedade territorial rural com honorários de R\$ 24,4 mil, que representam 23,5% e 2,9%, respectivamente, dos honorários dos serviços de auditoria externa. Entendemos que estes serviços não representam conflito de interesses, perda de independência ou objetividade de nossos auditores independentes.

	2019			2018		
	Ativo	Passivo	Total	Ativo	Passivo	Total
<b>Ativo</b>	2.382.770	2.382.770	4.765.540	2.100.000	2.100.000	4.200.000
<b>Circulante</b>	2.382.770	2.382.770	4.765.540	2.100.000	2.100.000	4.200.000
Ativo financeiro	1.000.000	1.000.000	2.000.000	1.000.000	1.000.000	2.000.000
Ativo não financeiro	1.382.770	1.382.770	2.765.540	1.100.000	1.100.000	2.200.000
<b>Passivo</b>	2.382.770	2.382.770	4.765.540	2.100.000	2.100.000	4.200.000
<b>Circulante</b>	2.382.770	2.382.770	4.765.540	2.100.000	2.100.000	4.200.000
Passivo financeiro	1.000.000	1.000.000	2.000.000	1.000.000	1.000.000	2.000.000
Passivo não financeiro	1.382.770	1.382.770	2.765.540	1.100.000	1.100.000	2.200.000

	2019			2018		
	Ativo	Passivo	Total	Ativo	Passivo	Total
<b>Circulante</b>	2.382.770	2.382.770	4.765.540	2.100.000	2.100.000	4.200.000
Salários e contribuições sociais	1.000.000	1.000.000	2.000.000	1.000.000	1.000.000	2.000.000
Fornecedores	1.000.000	1.000.000	2.000.000	1.000.000	1.000.000	2.000.000
Arrendamentos a pagar	1.000.000	1.000.000	2.000.000	1.000.000	1.000.000	2.000.000
Tributos a recolher	1.000.000	1.000.000	2.000.000	1.000.000	1.000.000	2.000.000
Empréstimos e financiamentos	1.000.000	1.000.000	2.000.000	1.000.000	1.000.000	2.000.000
Tributos parcelados	1.000.000	1.000.000	2.000.000	1.000.000	1.000.000	2.000.000
Adiantamentos de clientes	1.000.000	1.000.000	2.000.000	1.000.000	1.000.000	2.000.000
Instrumentos financeiros derivativos	1.000.000	1.000.000	2.000.000	1.000.000	1.000.000	2.000.000
Títulos a receber	1.000.000	1.000.000	2.000.000	1.000.000	1.000.000	2.000.000
Empréstimos e financiamentos	1.000.000	1.000.000	2.000.000	1.000.000	1.000.000	2.000.000
Arrendamentos a pagar	1.000.000	1.000.000	2.000.000	1.000.000	1.000.000	2.000.000
Múltiplos com partes relacionadas	1.000.000	1.000.000	2.000.000	1.000.000	1.000.000	2.000.000
Tributos parcelados	1.000.000	1.000.000	2.000.000	1.000.000	1.000.000	2.000.000
Títulos a pagar	1.000.000	1.000.000	2.000.000	1.000.000	1.000.000	2.000.000
Tributos a pagar	1.000.000	1.000.000	2.000.000	1.000.000	1.000.000	2.000.000
Tributos a pagar	1.000.000	1.000.000	2.000.000	1.000.000	1.000.000	2.000.000
Provisão para demandas judiciais	1.000.000	1.000.000	2.000.000	1.000.000	1.000.000	2.000.000
Provisão para perdas em investimentos	1.000.000	1.000.000	2.000.000	1.000.000	1.000.000	2.000.000
<b>Total do passivo</b>	2.382.770	2.382.770	4.765.540	2.100.000	2.100.000	4.200.000
<b>Patrimônio líquido</b>	2.382.770	2.382.770	4.765.540	2.100.000	2.100.000	4.200.000
Capital social	2.382.770	2.382.770	4.765.540	2.100.000	2.100.000	4.200.000
Ajustes de avaliação patrimonial	1.000.000	1.000.000	2.000.000	1.000.000	1.000.000	2.000.000
Prejuízos acumulados	1.000.000	1.000.000	2.000.000	1.000.000	1.000.000	2.000.000
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	2.382.770	2.382.770	4.765.540	2.100.000	2.100.000	4.200.000

	2019			2018		
	Ativo	Passivo	Total	Ativo	Passivo	Total
<b>Recetta Líquida</b>	141.061	786.168	961.227	98.619	977.431	42.857
Recetta Líquida dos Produtos	113.019	764.036	877.055	92.390	744.129	5.049
Hedge Accounting	(15.454)	(108.019)	-(123.473)	(1.514)	(20.870)	(262)
Avaliação do Ativo Biológico Apropriado à Recetta	-	136.033	33.998	170.031	-	293.655
Produto Agrícola Apropriado à Recetta	43.496	(5.882)	37.614	7.743	(39.483)	1.817
<b>Costos de Produtos Vendidos</b>	(158.827)	(731.148)	-(889.775)	(99.392)	(800.151)	(6.854)
CPV Produtos	(65.343)	(625.350)	-(691.593)	(63.475)	(654.125)	(4.433)
CPV Ativo Biológico Apropriado ao Custo	(92.284)	-	-(198.082)	(35.917)	(2.261)	(235.928)
<b>Lucro Bruto</b>	(17.566)	55.200	33.998	71.452	(773)	177.380
Margem Bruta	-12,5%	7,0%	100,0%	7,4%	-0,7%	18,1%
<b>Despesas Operacionais</b>	(8.968)	(41.049)	(46.429)	(96.446)	(5.880)	(56.265)
Gerais, Administrativas	-	(25.242)	(12.219)	(37.645)	-(25.979)	(11.611)
Outras Recettas (Despesas) Operacionais	-	8.269	(31.519)	(20.250)	-(2.661)	837
Despesas com Armazenagem	(8.968)	(8.002)	(2.691)	(113.893)	(11.012)	(2.983)
Despesas com Fretes	-	(15.990)	-			



(i) A expectativa de recuperação de PIS e COFINS pela Companhia tem como premissa os pagamentos de contraprestações de arrendamento destinados a pessoa jurídica. Divulgações complementares: A Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento descontados pela taxa nominal.

Controladora e Consolidado Passivo de arrendamento Contábil - IFRS 16 de 16/06/2019 Fluxo com projeção da inflação

Direito de uso Contábil - IFRS 16 de 16/06/2019 Fluxo com projeção da inflação

Despesa financeira Contábil - IFRS 16 de 16/06/2019 Fluxo com projeção da inflação

Despesa com depreciação Contábil - IFRS 16 de 16/06/2019 Fluxo com projeção da inflação

Para projeção de inflação futura a Companhia utilizou o preço da compra fixo disponível no mercado futuro até a data disponível, inflacionado pelo IPCA - FGV acumulado. 15. Imobilizado - Movimentação de 1º de janeiro a 31/12/2019 (Controladora):

Saldo inicial Adições Baixas Transf. para ativos mantidos p/ venda

Depreciação acumulada Edificações e instalações Máquinas e equipamentos Veículos Aeronaves Móveis e utensílios Imobilizações em curso

Adiantamentos para aquisição de imóvel zado Correção de solo Outros imobilizados

Depreciação acumulada (ii) Edificações e instalações Máquinas e equipamentos Veículos Aeronaves Móveis e utensílios Imobilizações em curso

Adiantamentos para aquisição de imóvel zado Correção de solo Outros imobilizados

Depreciação acumulada (ii) Edificações e instalações Máquinas e equipamentos Veículos Aeronaves Móveis e utensílios Imobilizações em curso

Adiantamentos para aquisição de imóvel zado Correção de solo Outros imobilizados

Depreciação acumulada (ii) Edificações e instalações Máquinas e equipamentos Veículos Aeronaves Móveis e utensílios Imobilizações em curso

Adiantamentos para aquisição de imóvel zado Correção de solo Outros imobilizados

Depreciação acumulada (ii) Edificações e instalações Máquinas e equipamentos Veículos Aeronaves Móveis e utensílios Imobilizações em curso

Adiantamentos para aquisição de imóvel zado Correção de solo Outros imobilizados

Depreciação acumulada (ii) Edificações e instalações Máquinas e equipamentos Veículos Aeronaves Móveis e utensílios Imobilizações em curso

Adiantamentos para aquisição de imóvel zado Correção de solo Outros imobilizados

Depreciação acumulada (ii) Edificações e instalações Máquinas e equipamentos Veículos Aeronaves Móveis e utensílios Imobilizações em curso

Adiantamentos para aquisição de imóvel zado Correção de solo Outros imobilizados

Depreciação acumulada (ii) Edificações e instalações Máquinas e equipamentos Veículos Aeronaves Móveis e utensílios Imobilizações em curso

Adiantamentos para aquisição de imóvel zado Correção de solo Outros imobilizados

Depreciação acumulada (ii) Edificações e instalações Máquinas e equipamentos Veículos Aeronaves Móveis e utensílios Imobilizações em curso

Adiantamentos para aquisição de imóvel zado Correção de solo Outros imobilizados

Depreciação acumulada (ii) Edificações e instalações Máquinas e equipamentos Veículos Aeronaves Móveis e utensílios Imobilizações em curso

Adiantamentos para aquisição de imóvel zado Correção de solo Outros imobilizados

Depreciação acumulada (ii) Edificações e instalações Máquinas e equipamentos Veículos Aeronaves Móveis e utensílios Imobilizações em curso

Adiantamentos para aquisição de imóvel zado Correção de solo Outros imobilizados

Depreciação acumulada (ii) Edificações e instalações Máquinas e equipamentos Veículos Aeronaves Móveis e utensílios Imobilizações em curso

Adiantamentos para aquisição de imóvel zado Correção de solo Outros imobilizados

Depreciação acumulada (ii) Edificações e instalações Máquinas e equipamentos Veículos Aeronaves Móveis e utensílios Imobilizações em curso

Adiantamentos para aquisição de imóvel zado Correção de solo Outros imobilizados

O valor justo dos empréstimos e financiamentos se aproxima, substancialmente, dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. Os valores apresentados no passivo não circulante no consolidado estão demonstrados como segue:

Saldo contábil 2021 2022 2023 2024 Modalidade Moeda Nacional

Moeda estrangeira Crédito à Exportação Crédito Rural, Custeio e Projeto

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento (consolidado):

Arrendamentos financeiros em andamento Total da dívida

Impacto da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16

Variações dos fluxos de caixa de financiamento

(+) Captações de empréstimos e financiamentos

(-) Amortização de passivos

Outras variações

(+) Adição novos contratos (+) Atualizações juros

(-) Amortizações juros (+/-) Amortizações variação cambial

(+) ou (-) Outros pro- priados com despesa

Saldo em 31/12/2019

(i) Garantias: Os empréstimos e financiamentos da Companhia estão garantidos por alienação fiduciária de bens móveis e imóveis, aval, fiança, fiador depositário, hipoteca, nota promissória e penhor rural. Em relação às modalidades hipoteca e alienação fiduciária de bens imóveis, as terras cedidas em comodato à Companhia e a Companhia Controladora TS Brasil S.A. foram concedidas em penhor para os bancos Itaú Unibanco S.A. ("Itaú") e Bradesco S.A. ("Bradesco"). Atualmente, essa controlada possui como principal ativo terras que estão sendo cultivadas pela Companhia e, esses ativos estão em grande parte já concedidos em hipoteca aos mesmos credores e/ou outros bancos. (ii) Covenants e Outros compromissos

Somos: Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e em conformidade com os termos dos contratos de empréstimos e financiamentos mantidas cláusulas de covenants financeiros em alguns dos contratos de dívidas. A Companhia realiza o acompanhamento sobre o atendimento a tais cláusulas, e no exercício findo em 31/12/2019, alguns dos covenants dos empréstimos junto aos bancos Bradesco, Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil") e Bunge S/A não foram atendidos. A Companhia obteve junto as respectivas instituições financeiras, os respectivos waivers, de modo a não resultar em impactos significativos nas demonstrações financeiras em 31/12/2019. Para o exercício findo em 31/12/2019, os contratos celebrados possuem covenants financeiros padronizados sobre as demonstrações financeiras, conforme segue: a) Itaú Unibanco: Limite para relação de 5,6 vezes Dívida x EBITDA Ajustado; Manutenção de participação societária mínima dos principais acionistas da Companhia; b) Bradesco e Banco do Brasil: Limite para relação de 2,9 vezes Dívida x EBITDA Ajustado; Manutenção de participação societária mínima dos principais acionistas da Companhia; c) Santander: Limite para relação de 6,0 vezes Dívida x EBITDA Ajustado; Manutenção de liquidez corrente superior a 1,1 vezes para todos os exercícios; Manutenção de relação de patrimônio líquido sobre ativo total superior a 0,50 vezes; d) Bunge S/A: Liquidez corrente superior a 1. No âmbito dos contratos de financiamentos firmados junto aos bancos Itaú e Bradesco, a Companhia possui junto as instituições financeiras um incentivo à liquidez antecipada, que consiste em um fidejussório previsto nos contratos, o qual torna obrigatório o acesso na ausência de liquidez antecipada dos contratos, ou seja, esse valor inícuo com saldo zero e crescerá gradativamente até 2022 (Bradesco) e 2025 (Itaú), quando atingirá o montante de US\$ 15,36 mil, equivalentes a R\$ 60,998 em 31/12/2019. Os valores da tabela abaixo, em milhares de dólares norte-americanos, somente serão devidos quando da ausência de liquidez antecipada da dívida, ou ao final do contrato.

Exercício Itaú Bradesco Total

Em 31/12/2019 a Companhia tem provisionado a título de fee letter o montante de R\$ 8,843 (em 31/12/2018 - R\$ 2,698).

19. Adiantamentos de clientes

Controladora Consolidado

Clientes nacionais Clientes estrangeiros

Em 31/12/2019, os valores da Controladora e do Consolidado, em moeda estrangeira, correspondem a US\$ 39,050 mil (em 31/12/2018 - US\$ 36,063 mil). Controladora e Consolidado: A Companhia possui adiantamentos que correspondem a R\$ 103,063 sobre os quais incidem taxas de juros 9,0% a 10,0% a.a. (em 31/12/2018 - R\$ 97,382 incidem taxas de juros entre 8,5% a 10% a.a.).

20. Tributos parcelados

Controladora Consolidado

PTT Previdenciário Outros

Circulante Não circulante

21. Provisão para demandas judiciais - A Administração, com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportada por opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

Controladora Consolidado

Causas Provisão Judiciais Valor Provisão Judiciais Valor

Saldos em 31/12/2018 Novos processos e complementos Pagamentos no exercício Depósitos judiciais relacionados

errogados financeiros no Saldos em 31/12/2019

23. Apêç com perda classificada como possível: As apêças abaixo apresentadas compreendem aquelas cuja estimativa de perda é possível, conforme opinião da Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, e por isso não estão provisionadas nas demonstrações financeiras:

Controladora e Consolidado

Tributárias (i) Tributárias (ii) Cíveis (i)

(i) A variação no exercício é substancialmente representada por atos de infração emitidos pela Secretaria Estadual de Fazenda do Estado de Mato Grosso referentes a cobrança de ICMS em operações com mercadorias que foram efetivamente exportadas no período de 2011 a 2012 e reavaliação de contingências no âmbito administrativo envolvendo pedido de compensação de créditos de PIS/COFINS não homologado pela Receita Federal do Brasil.

(ii) A variação no exercício é representada por acordo firmado entre a Companhia e Agropecuária Leyton Ltda. para extinção de todos os processos nos quais a Companhia figurava em polo ativo e passivo. Não houve honorários devidos aos advogados de ambas as partes. O aumento está relacionado ao processo de Espólio de J.L.F. - pessoa física mencionado na "Nota 15" abaixo. As Tributárias: As demandas tributárias classificadas com risco "C" consistem em vertentes de ressarcimento (DCOMP) para compensação de créditos presumidos de IPT. Os escritórios e advogados responsáveis classificam como perda possível em razão da jurisprudence dos tribunais regionais e superiores ainda não estar pacificada quanto aos temas, poucos julgados sobre a matéria em discussão, além de precedência de leading cases de casos semelhantes com decisões contritórias. B. Trabalhistas: As reclamações trabalhistas com perda classificada ou com possível perda decorrentes das atividades laborais; indenizações por danos materiais e morais em razão de fatos laborais; adicionais de insalubridade; reversão de justa causa; horas extraordinárias e reflexos; indenização por estabilidade provisória; responsabilidade solidária em razão de terceirização de serviços; reflexos no 13º salário, férias e outras verbas; e contribuições ao INSS e FGTS. Tratam-se de reclamações verbalmente promovidas por ex-colaborados em razão de fatos laborais ocorridos durante o período de vigência dos contratos de trabalho. Os escritórios e advogados responsáveis classificam as mesmas como possíveis em razão da existência de vasta documentação comprovando o correto pagamento das verbas; além da existência de documentos comprovando a real jornada de trabalho (cartão de ponto); entrega de equipamentos de proteção individual (EPI); tratamentos e orientações de segurança; exames médicos; investigações de acidentes e eventuais desvios de condutas dos colaboradores para aplicação de sanções por justa causa, além de documentação comprobatória de contratos de trabalho. C. Cíveis: As apêças judiciais cíveis com perda classificada como possível apresentam pedidos de cobrança em razão de inadimplemento contratual, cobrança de danos materiais e morais decorrentes de acidente de trânsito, execução decorrente de ato de infração ambiental e ação civil pública decorrente de supostos danos causados ao meio ambiente. Os escritórios e advogados responsáveis classificam as apêças cíveis como possíveis por conta de ações de natureza cautelar, em outros meios de provas aptos a comprovar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos dos direitos dos autores, além de precedentes jurisprudenciais. FWA Empreendimentos e Participações S.A. No terceiro trimestre de 2017, a FWA Empreendimentos e Participações S.A. ("FWA"), apresentou ação de Rescisão Contratual com pedido de Antecipação de Tutela que tem por objetivo a rescisão do contrato de Compra e Venda de Bens Imóveis e suas dependentes, firmado no dia 2 de março de 2019 com a Companhia, e por consequência, a devolução dos recursos investidos na aquisição dos terrenos de caminhões que constituíram a forma de pagamento. Parcialmente deferida a antecipação de tutela em favor da parte autora no sentido de suspender o ato de plantio sobre a área arrendada para a safra 2017/2018, interposto agravo de instrumento no Tribunal de Justiça pela parte Companhia para anulá a decisão, visto que já fora efetuado o plantio em aproximadamente 70% da área arrendada ligada. O agravo de instrumento foi julgado improcedente. Interposto agravo regimental, que teve parcial provimento, permitindo à Companhia finalizar o plantio de soja no restante da área ligada para limitar o plantio da safra de soja. Em primeira instância, por sua vez, após a juntada dos acórdãos e decisões proferidas nos agravos de instrumento, em 03/12/2018 foi proferida decisão sobre as provas requeridas pelas partes, a Terra Santa se manifestou requerendo a redesignação da audiência de instrução e julgamento, pois uma das testemunhas arroladas pela ré não poderia comparecer. Assim, a audiência foi cancelada, por decisão do juiz, e a manifestação sobre a carta precatória foi intimada e a FWA se manifestou sobre a matéria. Em decisão de multa, a Terra Santa embargou a decisão, apontando obscuridade, uma vez que não requereu fosse a audiência redesignada para oitiva das testemunhas em Nova Mutum-MT. Aguarda-se a apreciação do recurso. Em 21/03/2019, a FWA juntou sua manifestação sobre embargos opostos pela Terra Santa contra a decisão que interdiu a junta de novos documentos pela ré. Em segundo grau, o Tribunal de Justiça negou provimento aos embargos de multa, permitindo a realização da audiência de instrução e julgamento em percentual de 1% sobre o valor da causa. Foi interposto recurso especial contra o acórdão que aguarda julgamento. O recurso especial foi inadmitido, tendo sido interposto agravo de instrumento. Os autos foram remetidos ao Superior Tribunal de Justiça - STJ. O STJ em 19/12/2019 deu provimento parcial ao recurso determinando a anulação dos acórdãos dos embargos de declaração opostos em segundo grau. Em face dessa decisão foi interposto agravo de instrumento objetando a forma da decisão proferida no sentido de que não poderia ser considerado o valor da multa decorrente da FWA (preclusão). Na hipótese de provimento desse recurso a Companhia detém o direito de imissão na posse do imóvel. Com base no entendimento dos consultores externos a Companhia classifica essa causa como possível e avalia que na hipótese de derrota no referido processo a condenação será fixada em R\$ 7,940 em 31/12/2019 (R\$ 7,654 em 31/12/2018). Em 31/12/2019, a Companhia possui registrado na rubrica de "Outros ativos" o Contrato de Arrendamento Rural com o prazo de vigência de 12 (doze) meses (R\$ 14,275) referente a adiantamentos realizados sobre o contrato de arrendamento mencionado, mantendo esse que poderia ser considerado não realizável somente em eventual decisão desfavorável. Espólio de J.L.F. - pessoa física: Trata-se de ação reivindicatória ajuizada por J.L.F. - pessoa física e outros (Autores) em face de L.M. - pessoa física e outros (Réus), com o objetivo de reintegrar a posse dos imóveis objeto da demanda, situação que está fixada e em alçada do Juízo de Direito de Curitiba, Paraná, em decisão proferida em favor dos Réus. Os autores requerem a devolução do imóvel e o pagamento de reparação de danos pelo uso das terras. Os Réus apresentaram contestação e os Autores réplica. Foi deferida produção de prova oral e pericial para delimitação da área reivindicada. Encerrada a fase de instrução, foi proferida sentença de procedência, em 20/08/2019, reconhecendo como de propriedade dos Autores as áreas reivindicadas, além de condenar os Réus ao pagamento de reparação do dano, cujo valor será apurado em decisão de sentença. Foi deferida a produção de prova oral e pericial na reintegração de possessão dos imóveis, consignando-se que na hipótese da área estar plantada, os Autores apenas terão a reintegração efetivada após a integral colheita. Foi reconhecida, ainda, a responsabilidade de alguns Réus pela evicção, em relação aos denunciados à lista (antigos proprietários). Com o recebimento do mandato de reintegração pela Terra Santa, a Companhia ingressou nos autos na condição de Terceira Interessada, e interps recursos de apelação. Em 20/08/2019, a Companhia apresentou requerimento de atribuição de efeito suspensivo à decisão, o qual foi acolhido pelo Tribunal de Justiça - TJMT, determinando a devolução da posse da área à Companhia. Em 27/09/2019, foi certificada pelo Oficial de Justiça a devolução da posse do imóvel à Terra Santa. Após apresentação de contrarrazões pelos Autores os autos foram remetidos ao TJMT para julgamento das apelações interpostas. A Companhia classifica essa causa como possível e avalia que na hipótese de decisão desfavorável o prejuízo decorrente da devolução da posse do imóvel é limitado. 21. Outras informações: As demais apêças consideradas relevantes para a Administração da Companhia são: A. Reclamações trabalhistas: Em 17/03/2009 a Companhia foi notificada da existência da demanda pelo descumprimento de cláusula contratual com M. C. de M. (cláusula penal) e pedido indenizatório em razão de suposta estabilidade. A ação foi julgada procedente em primeira e segunda instâncias e ainda pendente de julgamento de Agravo Regimental junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. O Reclamante requer o pagamento de indenização de R\$ 5,000/2015 pelo expedida Carta Precatória para o município de Nova Mutum para penhora dos bens móveis oferecidos em garantia pela Companhia, conforme divulgado na nota explicativa 15.5. Por não haver mais recursos a serem interpostos, em 19/06/2019 foi certificado o trânsito em julgado da sentença, iniciando-se a execução definitiva da condenação culminando no bloqueio de R\$ 1,486, valor este já levantado em favor do reclamante. Ajuizada Ação de Reintegração de Possessão em favor do Reclamante, o Reclamante requer a suspensão da execução definitiva. Concedida liminar para suspender a execução de instrumentos financeiros

22. Categoria de instrumentos financeiros

Controladora Consolidado

Caixa e equivalentes de caixa Instrumentos financeiros derivativos Contas a receber de clientes Títulos a receber Outros ativos

Passivo Fornecedores Empréstimos e financiamentos Arrendamentos a pagar Instrumentos financeiros derivativos Títulos a pagar Múltiplos

cução definitiva e todas as ordens de bloqueio de contas até o julgamento definitivo da referida ação, que pendem de julgamento. O valor atualizado da condenação é de R\$ 22,715 em 31/12/2018, mais juros e correção monetária no montante de R\$ 6,069 em 31/12/2019, sendo que o restante do valor atualizado da condenação de R\$ 16,645, é considerado possível pela Companhia e seus advogados em razão da possibilidade de redução do valor atualizado da cláusula penal de R\$ 5,000 em favor de R\$ 1,000, em valores originais. B. Ação cível - Construtor Lido. Trata-se de ação de reintegração de posse cumulada com perdas e danos movida pelo Construtor Lido, em face de construção da Companhia (Processo no 1031/2006/2 - Acórdão nº 1031/2019/019). Nesta ação foi proferida sentença de procedência com o reconhecimento de embargos de declaração, rejeitado pelo juiz, foi publicada em 01/02/2012, julgando procedentes os pedidos por: (i) determinar a reintegração na posse da Construtor Lido, e (ii) condenar o réu ao pagamento de indenização pelo período de utilização da posse, devendo o quantum indenizatório ser apurado em liquidação de sentença. Foi interposto recurso de apelação, que foi recebido e julgado improcedente. Interpuseram Recurso Especial (REsp), ao qual foi negado seguimento. Em razão da decisão que não permitiu o pagamento do REsp, foi interposto Agravo Regimental, também improvido. Por fim, foi interposto recurso de embargos de declaração, que foi julgado improcedente e a ação transitou em julgado. A execução definitiva da sentença está em trâmite e o autor já foi reintegrado na posse do imóvel. A Companhia realizou a baixa integral do valor provisionado em decorrência do encerramento do processo sem a necessidade de liquidação financeira (em 31/12/2018 - R\$ 7,426). 23. Instrumentos financeiros: A Companhia possui em 31/12/2019 o capital social de R\$ 27,778,691, em 31/12/2018 o capital social de R\$ 27,728,353, dividido em 21.640,380 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal (em 31/12/2018 - 17,914,118). Adicionalmente, a Companhia possui R\$ 20,851 de gastos com emissão de ações, referentes ao processo de abertura de capital, com conta redutora do capital, totalizando R\$ 2,751,844 em 31/12/2018 - R\$ 2,707,502. Fica assegurado aos acionistas, na proporção das ações de que forem titulares, direito de preferência de compra de novas ações, no preço de emissão de R\$ 13,51, após o pagamento extraordinário de 29/04/2019, foi aprovada a proposta de aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$ 50,000, mediante a emissão provvisória de 3.700,963 novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 13,51 (treze reais e cinquenta e um centavos) por ação, bem como a emissão de 7.401,926 bônus de subscrição, que serão concluídos como vantagem adicional aos subscritores das novas ações emitidas. Durante o prazo para o exercício do direito de preferência, em 06/02/2019, foram subscritas 3.498,503 novas ações, ao preço de emissão de R\$ 13,51, após o resultado em um aporte de recursos para a Companhia no valor total de R\$ 47,264. Tendo em vista que o número de sobras de novas ações não foi subscritas durante o exercício de exercício do direito de preferência durante ("Sobras") solicitadas foi superior ao total de Sobras disponíveis, as 202,460 Sobras foram rateadas, alocadas e integralizadas pelos subscritores, perfazendo um montante de R\$ 2,736. Em linha com a proposta de aumento de capital, a Companhia registrou em seu patrimônio líquido o montante de R\$ 342, referentes a 25,299 ações, sendo essas partes das ações conferidas como vantagem adicional aos subscritores. B. Destinação dos lucros: O lucro líquido do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, terá a seguinte destinação: 5% serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social, 25% do lucro líquido de cada exercício será distribuído como dividendos obrigatórios, nos termos do artigo 202, e o restante de R\$ 404,766. Caso, após as deduções previstas acima, ainda haja saldo, o mesmo ficará à disposição do Acionista para destinação. 23. Instrumentos financeiros - A. Considerações gerais: No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos, tais como riscos de mercado, câmbio, liquidez e de crédito. Esses riscos são monitorados pela Administração utilizando-se de instrumentos de gestão e políticas definidas pelo Conselho de Administração. B. Gestão de risco de capital: A Companhia administra seu capital para assegurar que possa cumprir com suas obrigações financeiras ao mesmo tempo em que procura maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada por capital próprio e de terceiros. A Administração da Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital, considerando as determinações de cláusulas de covenants das operações de empréstimos e financiamentos (nota explicativa 18 (ii)). Com parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os impactos de suas atividades operacionais. C. Principais políticas contábeis: Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base na qual as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de instrumentos financeiros. Conforme descrito na nota explicativa 2, exceto pelo tópicos 2.2.1, as políticas contábeis são as mesmas utilizadas nas demonstrações demonstrações anuais do exercício findo em 31/12/2018, exceto pelas adições das novas normas.

2019 2018 2019 2018

2019 2018 2019 2018

2019 2018 2019 2018

2019 2018 2019 2018

2019 2018 2019 2018

2019 2018 2019 2018

2019 2018 2019 2018

2019 2018 2019 2018

2019 2018 2019 2018

2019 2018 2019 2018

2019 2018 2019 2018

2019 2018 2019 2018

2019 2018 2019 2018

2019 2018 2019 2018

2019 2018 2019 2018

2019 2018 2019 2018

2019 2018 2019 2018

2019 2018 2019 2018

2019 2018 2019 2018

2019 2018 2019 2018

2019 2018 2019 2018

2019 2018 2019 2018

2019 2018 2019 2018

2019 2018 2019 2018

2019 2018 2019 2018

2019 2018 2019 2018

2019 2018 2019 2018

2019 2018 2019 2018

2019 2018 2019 2018

2019 2018 2019 2018

2019 2018 2019 2018

2019 2018 2019 2018

2019 2018 2019 2018

**Hedge accounting:** Desde agosto de 2013, a Companhia efetua a designação formal de suas operações sujeitas a *hedge accounting* (vide nota explicativa 2.2.3) para os instrumentos financeiros não derivativos de produção de fluxos de caixa das receitas de exportação de soja, algodão em pluma, caroço de algodão e milho, documentando: (i) o relacionamento do *hedge*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em tomar o *hedge*; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração retrospectiva e prospectiva da efetividade do *hedge*. A Companhia efetuou registros dos ganhos e perdas considerados como efetivos para fins do *hedge accounting* na conta ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, até que o objeto de cobertura (item coberto) afete o resultado, momento no qual este ganho ou perda de cada instrumento designado deverá afetar o resultado na mesma rubrica que o item protegido (no caso, receita de vendas). Em 31/12/2019, os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

Exercício de realização			
2020	2021	2022	Total Geral
Crédito à Exportação	(5.868)	(1.285)	(13.916)
Aquisição de Imobilizado	(104)	(208)	(104)
Efeito no patrimônio líquido	(5.972)	(1.493)	(14.020)

Abaixo demonstramos a movimentação dos saldos em outros resultados abrangentes durante o exercício:

2019	2018
<b>Alteração no regime de tributação</b>	<b>(108.876)</b>
Alteração no regime de tributação	(8.205)
<b>Saldo após alteração do regime de tributação</b>	<b>(108.876)</b>
Varição do valor justo de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(37.809)
Valores eficazes transferidos para a demonstração do resultado	123.474
Parcela ineficaz da perda transferida para o resultado financeiro	1.726
Total das movimentações ocorridas no exercício	87.391

**24. Remuneração dos administradores** – De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, a responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. A remuneração (fixa e variável) dos diretores e conselheiros nos exercícios foi a seguinte:

Controladora e Consolidado	
2019	2018
Remuneração de conselheiros	
Remuneração fixa	(1.974)
Remuneração da diretoria	(2.478)
Remuneração variável	(1.400)
Multas contratuais	(927)
Encargos sociais	(6.779)

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. **25. Receita líquida de vendas e serviços.**

Controladora		Consolidado	
2019	2018	2019	2018
Receita bruta de vendas e serviços	903.411	850.035	904.801
Varição cambial ( <i>Hedge</i> fluxo de caixa)	(123.474)	(22.646)	(123.474)
(-) Devoluções e abatimentos	(246)	(496)	(641)
(-) Impostos sobre vendas	(27.343)	(32.481)	(27.104)
Receita líquida de vendas e serviços	752.348	794.412	753.582

**26. Despesas por natureza** – Apresentamos a seguir, segregação por natureza, dos custos e das despesas apresentadas na demonstração do resultado de acordo com sua função:

Controladora		Consolidado	
2019	2018	2019	2018
Custos variáveis e gastos indiretos de produção	(270.313)	(202.591)	(239.229)
Matéria-prima	(315.768)	(314.892)	(315.768)
Varição do valor justo dos ativos biológicos e produto agrícola	207.884	297.759	207.645
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(198.082)	(274.264)	(198.082)
Despesas com pessoal	(62.513)	(66.764)	(62.716)
Remuneração dos administradores	(6.779)	(6.611)	(6.779)
Manutenções, reparos e serviços de terceiros	(55.438)	(54.006)	(56.292)
Depreciações e amortizações	(55.386)	(32.146)	(51.928)
Frete, comissões e despesas portuárias	(24.975)	(22.530)	(24.975)
Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado	14.876	955	(2.366)
Reversão de (perda) por redução ao valor recuperável de recebíveis	(5.301)	344	(5.062)

**30. Compromissos (Consolidado) – a. Vendas futuras:** Os compromissos futuros existentes em 31/12/2019 referem-se a Companhia e a controlada TS Brasil S.A., como segue:

Produto	Data de Entrega	Quantidade	Contratos	Unidade	Moeda	Frete	Preço	Montante
<b>Safra 18/19</b>								
Algodão em Pluma (ii)	Out a Dez/19	9.531	19	LP	DÓLAR	CIF	0,78	16.479
Algodão em Pluma (ii)	Out a Dez/19	139	1	LP	REAL	CIF	2,99	913
Algodão em Pluma (ii)	Out a Dez/19	1.504	2	LP	DÓLAR	FOB	0,71	2.368
Algodão em Pluma (ii)	Out a Dez/19	243	2	LP	REAL	FOB	2,76	1.481
Caroço de Algodão (iii)	Out a Dez/19	6.246	12	TON	REAL	FOB	362,74	2.266
Algodão em Pluma	Jan a Mar/20	13.201	16	LP	DÓLAR	CIF	0,73	21.151
Algodão em Pluma	Jan a Mar/20	1.190	1	LP	REAL	CIF	3,27	8.574
<b>Safra 19/20</b>								
Algodão em Pluma	Jul a Set/20	4.250	7	LP	DÓLAR	CIF A FIXAR		-
Algodão em Pluma	Jul a Set/20	6.083	5	LP	DÓLAR	CIF	0,71	9.458
Algodão em Pluma	Out a Dez/20	4.750	7	LP	DÓLAR	CIF A FIXAR		-
Algodão em Pluma	Out a Dez/20	14.093	10	LP	DÓLAR	CIF	0,68	21.213
Algodão em Pluma	Jan a Mar/21	4.000	2	LP	DÓLAR	CIF A FIXAR		-
Milho em Grãos	Jul a Set/20	135.000	18	SC	REAIS	FOB	22,78	3.075
Soja em Grãos	Jan a Mar/20	123.000	19	SC	DÓLAR	FOB A FIXAR		-
Soja em Grãos	Jan a Mar/20	91.000	18	SC	DÓLAR	FOB	16,50	1.502
Soja em Grãos	Jan a Mar/20	15.000	2	SC	REAIS	FOB	71,00	1.065

(i) Em milhares de dólares. Em 31/12/2019, o montante em dólar equivale a R\$ 290.900. (ii) Não entrega de 9.670 ton de algodão na condição CIF e 1.747 ton na condição FOB no 4º trimestre de 2019 devido insuficiência de cadênia de navios no porto de Santos, após produção de algodão em pluma do país e alta concentração de embarques no porto de Santos-SP. A expectativa da Companhia é no sentido de que a situação seja normalizada até o 1º trimestre de 2020. (iii) Não entrega de 6.246 ton de caroço de algodão, cujos embarques estavam previstos para último mês de 2019 e não foram realizados por atrasos de embarques por parte do cliente, situação sendo regularizada em janeiro de 2020.

**31. Cobertura de seguros** – A Companhia e suas controladas mantêm decisões operacionais de seguro contratadas junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em conta consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31/12/2019, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, conforme demonstrado abaixo:

Valor segurado	
Responsabilidade civil	186.300
Riscos diversos – Imobilizado	280.193
	271.886

**32. Informações por segmento** – A Administração da Companhia definiu o segmento agrícola como o único segmento operacional e explora as atividades agrícolas com destaque para as culturas de soja, milho e algodão, baseando-se nos relatórios utilizados pela Diretoria Executiva da Companhia e

Controladora		Consolidado	
2019	2018	2019	2018
Provisão para perdas estimadas de estoques	(2.147)	(20)	(2.147)
Reversão de <i>impairment</i> de ativos	(8.715)	5.939	(7.742)
Provisões não recorrentes	(4.288)	(1.759)	(3.759)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(7.539)	(16.666)	(9.376)
	(794.484)	(687.252)	(778.576)

Tais valores estão apresentados na demonstração do resultado do exercício nas seguintes rubricas:

Controladora		Consolidado	
2019	2018	2019	2018
Custo dos produtos vendidos	(722.424)	(641.987)	(691.693)
Varição do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	207.884	297.759	207.645
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(198.082)	(274.264)	(198.082)
Despesas com vendas	(24.858)	(22.483)	(24.858)
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	(39.122)	(42.054)	(41.559)
Remuneração dos administradores	(6.779)	(6.611)	(6.779)

(Perda) reversão de perda por redução ao valor recuperável de recebíveis (5.301) 344 (5.062) 169

Outras (despesas) receitas operacionais (5.802) 2.044 (18.188) (1.994)

(794.484) (687.252) (778.576) (682.114)

**27. Resultado financeiro**

Controladora		Consolidado	
2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras	626	69	643
Ajuste a valor presente de recebíveis	874	79	1.011
Juros ativos	949	25.833	383
Variáveis monetárias ativas	1.957	2.332	2.375
Descontos obtidos	5.724	6.829	5.041
	10.130	35.142	9.453
Despesas financeiras			
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(68.155)	(96.830)	(68.372)
Juros sobre arrendamentos	(15.146)	-	(15.146)
Juros passivos e multa de mora (i)	(23.808)	(20.037)	(11.277)
Variáveis monetárias passivas	(5.565)	(2.412)	(6.175)
Ajuste a valor presente de fornecedores de insumos	(14.162)	(10.691)	(14.162)
IOF	(2.995)	(1.709)	(3.021)
Amortização de custos de captação	(2.706)	(3.224)	(2.706)
Outras despesas	(5.440)	(2.334)	(5.520)
	(137.977)	(137.237)	(126.379)

Derivativos, líquidos

Ganho com instrumentos financeiros derivativos 33.988 24.707 33.988 24.707

Perda com instrumentos financeiros derivativos (39.330) (17.279) (39.330) (17.279)

(5.342) 7.428 (5.342) 7.428

Variáveis cambiais, líquidas (ii) 67.535 97.185 67.466 97.266

Variáveis cambiais ativas (72.085) (113.347) (72.111) (113.596)

Variáveis cambiais passivas (4.550) (116.162) (4.645) (163.970)

Resultado financeiro (137.739) (110.829) (126.913) (107.103)

(i) Refere-se substancialmente a multas e juros sobre tributos a recolher e parcelamentos tributários, juros sobre fornecedores e adiantamentos de clientes. Adicionalmente, na controladora, inclui juros sobre operações de mútuo com partes relacionadas. (ii) Em 2018 inclui variações cambiais líquidas, originárias de contas a pagar e receber no montante de R\$ 4.026.

**28. Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa** – A seguir relacionamos as transações no exercício que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

Controladora		Consolidado	
2019	2018	2019	2018
Compensação de tributos a recolher com saldos a recuperar	25.717	8.457	31.362
Venda de ativos a prazo	16.735	4.408	16.735
Aquisição de imobilizado financiado	9.404	404	9.406
<b>29 Resultado por ação</b> – A tabela a seguir reconcilia o resultado e a média ponderada do valor por ação utilizado para o cálculo do (prejuízo) lucro básico e do (prejuízo) lucro diluído por ação.			

Consolidado	
2019	2018
(Prejuízo) lucro utilizado na apuração do (prejuízo) lucro básico e diluído por ação	(134.719)
Quantidade de ações no exercício (em milhares) – média ponderada do exercício	20.419
(Prejuízo) lucro por ação – básico e diluído (R\$)	(6.5977)

Com os compromissos futuros existentes em 31/12/2019 referem-se a Companhia e a controlada TS Brasil S.A., como segue:

Controladora		Consolidado	
2019	2018	2019	2018
América do Sul	61%	61%	70%
Europa	28%	19%	19%
Ásia	2%	5%	5%
América do Norte	9%	6%	6%
Total	100%	100%	100%

O detalhamento da receita líquida de vendas por produto é apresentada a seguir:

Controladora		Consolidado	
2019	2018	2019	2018
Soja	298.404	296.869	
Milho	57.908	86.272	
Algodão em pluma	324.975	330.948	
Caroço de algodão	26.353	18.937	
Revenda de produtos	169.416	108.542	
Varição cambial ( <i>Hedge</i> fluxo de caixa)	(123.474)	(22.646)	
Total	753.582	818.922	

Os principais clientes da Companhia que individualmente representam 10% ou mais das receitas totais são como segue:

Controladora		Consolidado	
2019	2018	2019	2018
Bunge Alimentos S.A.	20%	16%	
ADM do Brasil Ltda.	12%	10%	
Amaggi Exportação e Importação Ltda.	11%	10%	

A receita líquida de vendas, por segmento geográfico, elaboradas de acordo com o país de destino da receita, são assim representadas:

Controladora		Consolidado	
2019	2018	2019	2018
América do Sul	61%	61%	70%
Europa	28%	19%	19%
Ásia	2%	5%	5%
América do Norte	9%	6%	6%
Total	100%	100%	100%

O detalhamento da receita líquida de vendas por produto é apresentada a seguir:

Controladora		Consolidado	
2019	2018	2019	2018
Soja	298.404	296.869	
Milho	57.908	86.272	
Algodão em pluma	324.975	330.948	
Caroço de algodão	26.353	18.937	
Revenda de produtos	169.416	108.542	
Varição cambial ( <i>Hedge</i> fluxo de caixa)	(123.474)	(22.646)	
Total	753.582	818.922	

Os principais clientes da Companhia que individualmente representam 10% ou mais das receitas totais são como segue:

Controladora		Consolidado	
2019	2018	2019	2018
Bunge Alimentos S.A.	20%	16%	
ADM do Brasil Ltda.	12%	10%	
Amaggi Exportação e Importação Ltda.	11%	10%	

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Terra Santa Agro S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Terra Santa Agro S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:** Veja as Notas 2.5, 2.21 e 10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Princípio assunto de auditoria:** A Companhia e suas controladas possuem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, que foram considerados como recuperáveis com base em projeções realizadas sobre a geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia e suas controladas utilizam-se de certas premissas e estimativas significativas na determinação dos lucros tributáveis futuros, tais como o crescimento econômico projetado, preço das *commodities* e inflação de custos, bem como a determinação do prazo de utilização e interpretação de leis tributárias, que fundamentam as expectativas de realização dos ativos fiscais diferidos. Devido ao grau de julgamento utilizado nas projeções de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas e, do impacto que eventuais alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer para o valor dos ativos fiscais diferidos reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: • Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave relacionados à determinação das projeções de geração de lucros tributáveis futuros elaborados e aprovados pela Administração; • Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar as projeções de lucros tributáveis futuros, incluindo a expectativa de crescimento, preços de vendas das *commodities*